

1 Identificação da Entidade

O “Centro de Bem Estar Infantil de Alcobaça” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, inscrita no livro dois das Fundações de Solidariedade Social, folhas 58 e verso, sob o número 30/84, por Despacho da Direção Geral de Segurança Social de 24 de Outubro de 1975. Publicada no Diário da República N. 287, III série de 13 de Dezembro de 1975. Com sede em Av. dos Combatentes, n.º 1, Alcobaça.

O centro desenvolve a sua atividade nas valências de Creche e Pré-Escolar. Durante o ano de 2016 o número médio de utentes foi de 25 na valência de creche e 46 na valência do Pré-Escolar, no ano de 2017 foi de 25 na valência de creche e 47 na valência do Pré-Escolar.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade,

exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo específico.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juízo efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2017					
Descrição	Edifícios e outras	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equipa. Administ.	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial:	21 207,43 €	77 915,25 €	17 561,29 €	25 746,41 €	142 430,38 €
Depreciações acumuladas iniciais	21 207,43 €	73 092,94 €	17 261,29 €	22 906,88 €	134 468,54 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
Quantia líquida escriturada Inicial:	- €	4 822,31 €	300,00 €	2 839,53 €	7 961,84 €
Movimentos do Período:					
Total das Adições:	- €	730,00 €			730,00 €
Aquisições em 1ª mão		730,00 €			730,00 €
Outras					
Total das Diminuições:	- €	1 568,86 €	300,00 €	772,62 €	2 641,48 €
Depreciações		1 568,86 €	300,00 €	772,62 €	2 641,48 €
Perdas por imparidade					
Quantia líquida escriturada final:	- €	3 983,46 €	- €	2 066,91 €	6 050,37 €

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2016					
Descrição	Edifícios e outras	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equipa. Administ.	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial:	21 207,43 €	85 118,37 €	17 561,29 €	25 237,46 €	149 124,55 €
Depreciações acumuladas iniciais	21 207,43 €	78 673,49 €	16 961,29 €	24 998,85 €	141 841,06 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
Quantia líquida escriturada Inicial:		6 444,88 €	600,00 €	238,61 €	7 283,49 €
Movimentos do Período:					
Total das Adições:		7 203,12 €			3 351,75 €
Aquisições em 1ª mão				3 351,75 €	3 351,75 €

Acréscimos por revalorizações					
Outras		7 203,12 €			
Total das Diminuições:		8 825,68 €	300,00 €	750,84 €	2 673,40 €
Depreciações		1 622,56 €	300,00 €	750,84 €	2 673,40 €
Perdas por imparidade					
Alienações					
Abates		7 203,12 €			
Outras					
Outras transferências					
Quantia Líquida escriturada final:		4 822,32 €	300,00 €	2 839,53 €	7 961,85 €

5 Inventários

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	410,94	19272,74	0	1218,02	14092,6	0	758,79
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	410,94	19272,74	0	1218,02	14092,6	0	758,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				18465,66			14551,83

6 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	90 496,60	79 267,65
Serviços Secundários	2 354,75	1 834,00
Serviços Sociais		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Royalties		
Dividendos		
Total	92 851,35	81 101,65

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS IP – CENTROS DISTRITAIS	182 503,56 €	179 011,02 €
IEFP		4 491,17 €
Total	182 503,56 €	183 502,19 €

8 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de “17” e em 31/12/2017 foi de “16”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		0,00
Remunerações ao pessoal	216 148,64	220 471,47
Benefícios Pós-Emprego		0,00
Indemnizações	1 508,26	0,00
Encargos sobre as Remunerações	45 267,38	45 954,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 640,21	1 507,36
Gastos de Ação Social		0,00
Outros Gastos com o Pessoal	630,11	2 324,54
Total	265 194,60	270 258,19

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros – Fundo Compensação	766,26	729,77
Outros investimentos financeiros – CGD	267 997,52	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	268 763,78	729,77

9.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	8 462,05	5 680,55
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Total	8 462,05	5 680,55

9.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos _ Juros a receber	5.124,00	5.124,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores - IEFP	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	5.124,00	5.124,00

9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	666,95	1 033,17
Depósitos à ordem	120 199,84	62 040,31
Depósitos a prazo	306 927,13	630 000,00
Outros		
Total	427 793,92	693 073,48

9.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	690 829,75	0,00	0,00	690 829,75
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	23 809,35	0,00	-44 519,23	-20 709,88
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	1 569,65	0,00	1 569,65
Total	714 639,10	1 569,65	-44 519,23	671 689,52

9.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 689,25	1 848,00
Segurança Social	5 025,84	4 887,89
Fundo Compensação	33,78	34,45
Total	6 748,87	6 770,34

9.11 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos		0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		0,00
Incobráveis		0,00
Perdas em inventários		0,00
Gastos em investimentos não financeiros		0,00
Outros Gastos: Correção Exercício Anterior + Quota	141,85	1 372,65
Total	141,85	1 372,65

9.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

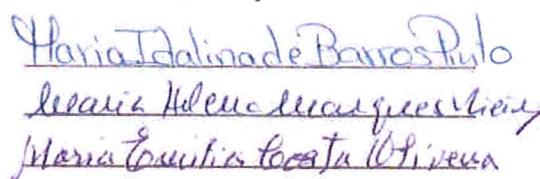
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela direção em 27 de 04 de 2018

Alcobaça, 27 de 04 de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção



Em

branco

RELATÓRIO DE ANÁLISE CONTABILÍSTICA

Luís Silva Ginja, Contabilista Certificado inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o número 48774, apresenta o seguinte relatório de análise às contas de gerência de 2017 do Centro de Bem-Estar Infantil. Através do presente relatório de Gestão pretende-se dar conhecimento de alguns aspectos que se consideram mais relevantes e relacionados com a actividade do Centro no exercício de 2017.

1. Controlo interno

Os documentos estão bem organizados, classificados e registados no estrito respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e na aplicação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março

Foi possível proceder com regularidade à reconciliação do caixa e bancos e dos registos, permitindo verificar se estão de acordo com a natureza que lhes deu origem e se estão em conformidade com os princípios contabilísticos.

2. Análise dos resultados

O resultado líquido apurado em 2017 foi de 1.569,65€. Este valor resulta de um esforço de adequar os gastos aos rendimentos de forma a equilibrar a instituição depois de dois anos de prejuízos consecutivos.

3. Actividade do Centro de Bem Estar Infantil

O Centro desenvolveu a sua acção nas valências de Creche e Educação Pré – Escolar. O valor médio de utentes foi de 25 na valência de Creche e 47 na valência de Jardim-de-infância (Educação pré – escolar).

4. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existiram factos relevantes após termo do exercício.

5. Evolução previsível

Apesar de um resultado positivo, a direcção tem continuar a procurar um equilíbrio através da diminuição de gastos e procura de outras fontes de receitas.

6. Análise económica e financeira

Comparativamente ao ano anterior e conforme se demonstra nos quadros e gráficos seguintes, verificou-se o seguinte comportamento nos custos e perdas e nos proveitos e ganhos:

6.1 Gastos e Perdas

	2015	2016	2017
Gastos Alimentação	18 229,45	18 465,66	14 551,83
Fornecimentos e Serviços Externos	49 154,62	38 221,01	35 630,55
Gastos com o pessoal	247 108,62	270 258,19	265 194,60
Amortizações	2 238,53	2 673,40	2 641,48
Outros Gastos e Perdas	948,50	1 372,65	141,85
Total	317 679,72	330 990,91	318 160,31

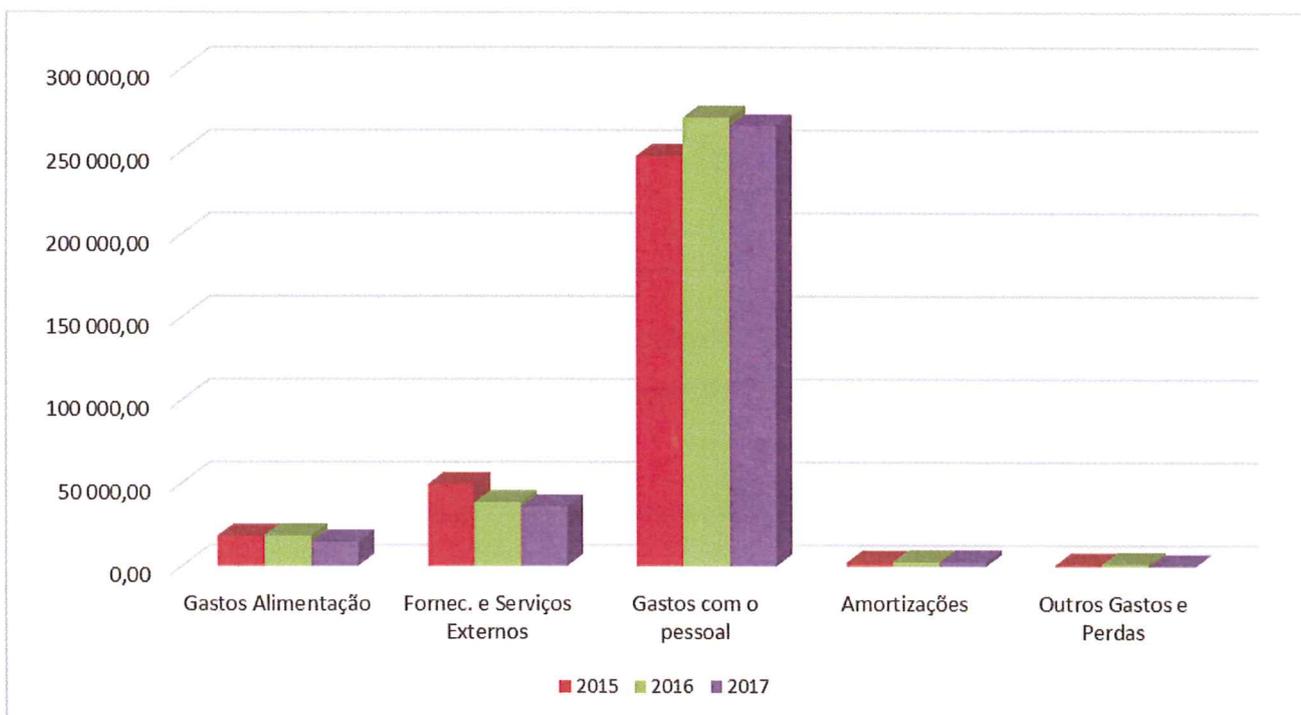


Gráfico 1: Evolução dos Gastos e Perdas (em euros)

Em termos globais, os custos com o pessoal são os que têm maior peso no total de custos desta instituição, representam em 2016, 81,65% dos gastos e em 2017 representam 83,35%. Verifica-se um agravamento nessa rúbrica devido ao aumento dos salários por actualizações do contrato colectivo do sector e de uma diminuição dos gastos totais.

Em 2017 houve um esforço para diminuir os gastos totais que passaram de 330.990,91€ para 318.160,31€, uma diminuição em 12.830,60€ sobretudo nos gastos com o pessoal e gastos com alimentação.

6.2 Proveitos e Ganhos

	2015	2016	2017
Mensalidades dos Utentes	83 739,00	81 101,65	92 851,35
Subsídios	183 502,19	181 002,45	182 503,56
Juros Bancários	5 352,18	1 069,64	318,49
Aumentos de Justo Valor _ Investimentos			4 110,89
Outros Proveitos e Ganhos	19 356,81	20 798,20	39 945,67
Total	291 950,18	283 971,94	319 729,96

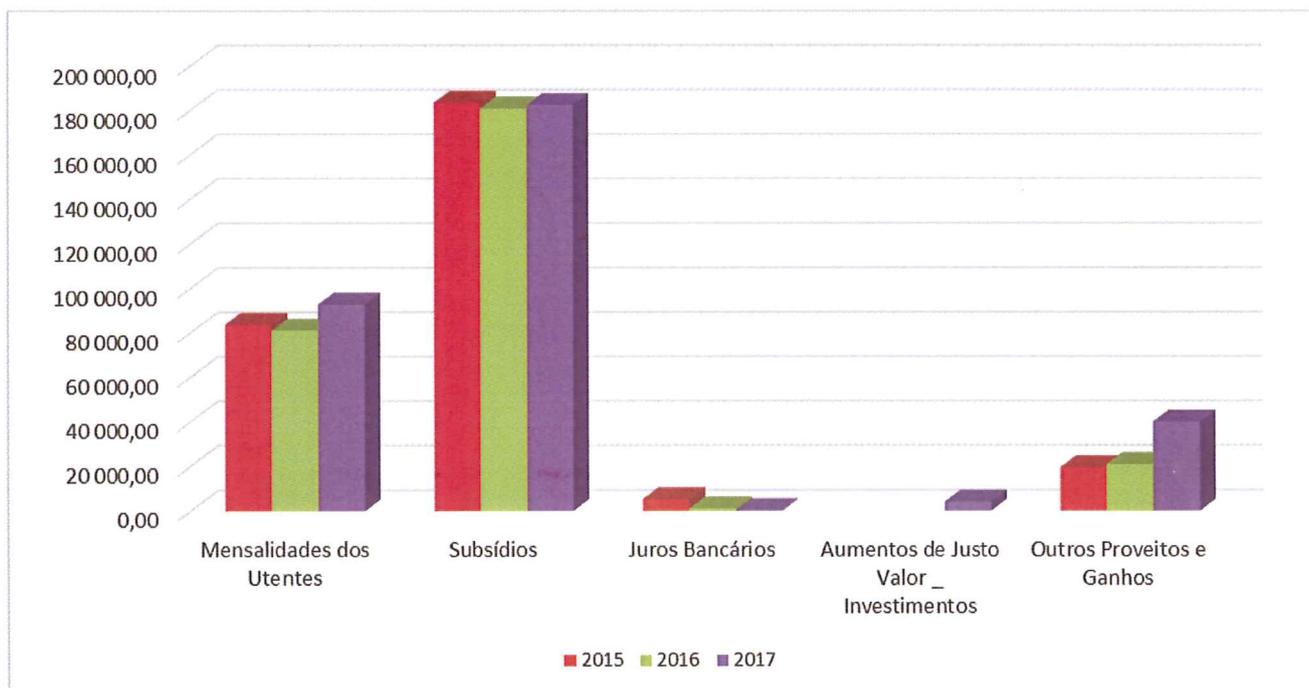


Gráfico 2: Evolução dos Proveitos e Ganhos (em euros)

Os Proveitos e Ganhos aumentaram 35.758,02€ do ano de 2016 para 2017.

A rubrica 72 – Prestação de Serviços, que engloba as matrículas e mensalidades dos utentes, representa cerca de 29,04% do total de proveitos da instituição em 2017. Esta rubrica aumentou em 11.749,70€ resultado de aumento de utentes na valência de pré-escolar e aumento das mensalidades.

O subsídio da Segurança Social representa cerca de 57,08% do total de proveitos da instituição em 2017

Os investimentos financeiros na CGD tiveram uma valorização de 4.110,89€ à data de 31 de Dezembro de 2017.

6.3 Ativo

ATIVO	2015	2016	2017
Ativos Fixos Tangíveis	7 283,50	7 961,85	6 050,37
Investimentos Financeiros	347,12	729,77	268 763,78
Inventários	410,94	1 218,02	758,79
Dívida de Utentes	5 539,55	5 680,55	8 462,05
Outras Contas a Receber	8 518,25	5 124,00	5 124,00
Diferimentos	505,40	0,00	0,00
Caixa e Depósito Bancário	737 780,12	693 073,48	427 793,92
Total	760 384,88	713 787,67	716 952,91

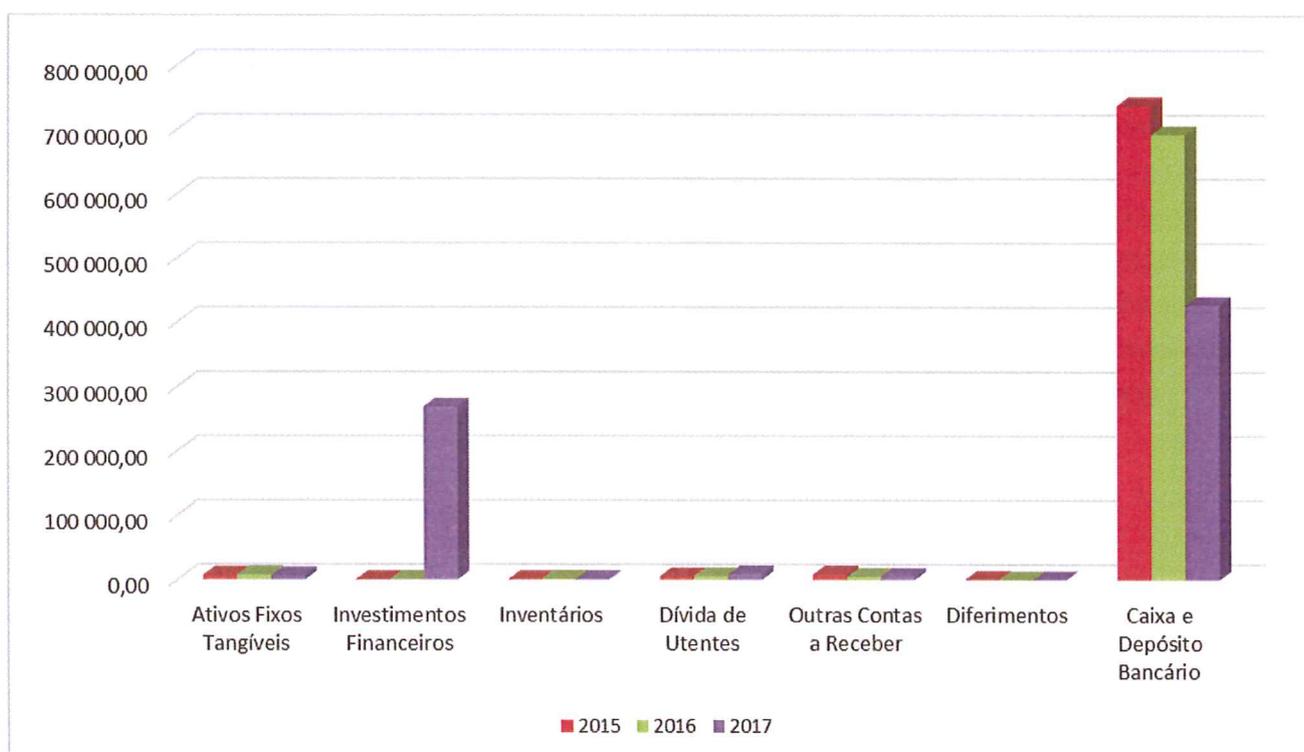


Gráfico 3: Evolução do Ativo (em euros)

O Ativo da Instituição tinha vindo a reduzir acentuadamente nos últimos 3 anos, com impacto sobretudo na diminuição dos valores em depósitos bancários. No ano de 2017 existe uma ligeira recuperação de 3.165,24€.

6.4 Passivo

PASSIVO	2015	2016	2017
Dívida a Fornecedores	105,48	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	7 910,60	6 770,34	6 748,87
Diferimentos	3 771,17	0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	33 958,53	36 897,46	38 514,52
Total	45 745,78	43 667,80	45 263,39

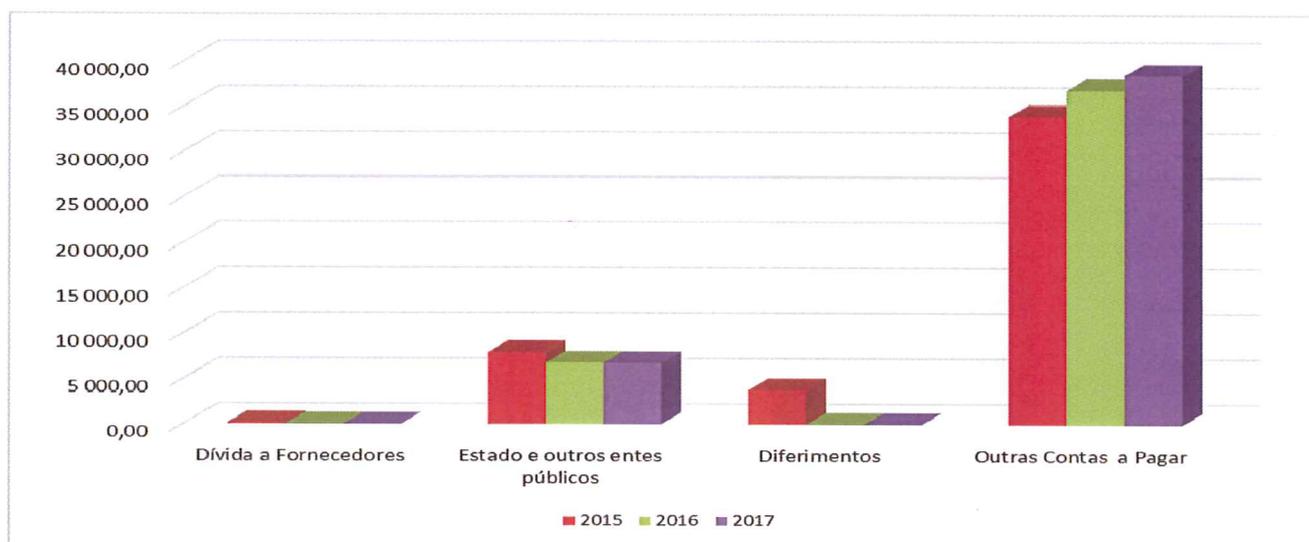


Gráfico 3: Evolução do Passivo (em euros)

O passivo da Instituição, embora com um valor reduzido, agravou-se de 2016 para 2017 em **1.595,59**. A rubrica que influencia estes valores é “Outras contas a pagar”, que regista os encargos com férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte.

6.5 Fundo Social

FUNDOS PATRIMONIAIS	2015	2016	2017
Fundos	690 829,75	690 829,75	690 829,75
Resultados Transitados	52 038,63	23 809,35	-20 709,88
Resultado líquido do exercício	-28 229,28	-44 519,23	1 569,65
Total	714 639,10	670 119,87	671 689,52

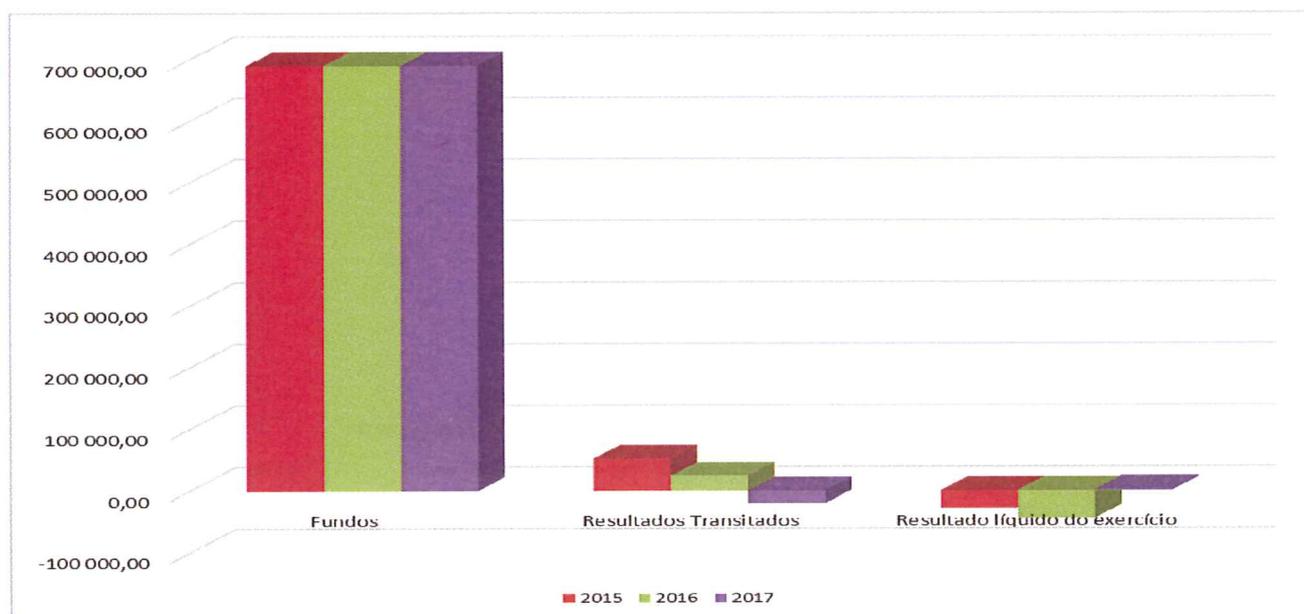


Gráfico 3: Evolução do Fundo Social

O fundo social da Instituição também sofreu uma depreciação significativa, conforme se demonstra no quadro acima de 2015 para 2016, melhorando ligeiramente em 2017 devido aos resultados positivos.

7. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

O Centro de Bem-estar Infantil não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, nem a quaisquer entidades públicas.

O contabilista certificado

Alcobaça, 16 de Fevereiro de 2018